

Em meio à crise salve-se a Constituinte

Ricardo Noblat

Houve um corte brusco no comportamento adotado pelo deputado Ulysses Guimarães em relação ao presidente José Sarney e ao seu governo. Até o episódio do veto à nomeação do governador Tasso Jereissati para a vaga de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, Ulysses não evitava se opor ao presidente sempre que achava ser isso necessário às suas ambições de candidato ao lugar de Sarney e às chances de o PMDB manter-se como um partido todo-poderoso.

Ali, quando sugeriu que se procurasse o cidadão José Sarney para que esclarecesse o convite a Jereissati, Ulysses atingiu o ponto mais crítico de suas relações com o presidente. Esteve, por um tempo curto, no limiar do confronto aberto, assumido. Mudou radicalmente, desde então. Ninguém mais do que ele parece hoje, sinceramente, empenhado em assegurar cinco anos de mandato para Sarney e em evitar que o PMDB adicione mais dificuldades no caminho do governo.

Ulysses tem razões para agir dessa forma. Sua guinada para a direita evitou a oficialização do racha do PMDB na medida em que desestimulou o movimento da ala moderada que se preparava para juntar-se ao PFL e formar um bloco autônomo de apoio ao presidente. Ao decidir-se por fortalecer Sarney, Ulysses calculou que só assim poderia evitar que a ele só viesse restar, dentro de pouco tempo, uma única base de sustentação: a militar, com suas ramificações conservadoras dentro da Constituinte.

De resto, Ulysses apreendeu, finalmente, a verdadeira dimensão da crise que alcança o país, deteriora o governo e ameaça truncar, de vez, o processo de democratização. Há uma semana, através de um amigo, Ulysses enviou um recado para o novo ministro da Fazenda: "Diga ao Bresser que estou apavorado com a situação. Assisti ao suicídio de Getúlio, à crise do governo Café Filho e à deposição do Jango. Não vi situação pior do que esta de agora".

O diagnóstico que se faz nas cercanias do próprio gabinete presidencial não está longe do produzido por Ulysses. Analise-se, por exemplo, a crise econômica sob o ângulo objetivo e outro subjetivo. Pelo primeiro, a crise se alimenta em três fontes principais: a da questão externa, a dos preços descontrolados e a do déficit público. O front da dívida externa é menos explosivo. Os credores atuam como se estivessem diante de um louco que ameaça se suicidar a qualquer momento.

Não querem ser responsabilizados pelo suicídio. Sabem que o governo brasileiro, dificilmente, se ocupará, de fato, em sanear a economia mas conhecem o potencial de recuperação e de crescimento do país. Não pretendem jogar dinheiro fora mas não nos querem ver agonizar. Empurram o problema para frente à espera de melhores condições de renegociação da dívida. A espera, também, de que clareie o turvo quadro nacional. A iniciativa deve partir de nós.

O descontrole na área de preços é um fenômeno que confunde os economistas. Cada um deles o explica de uma forma. Os mais ortodoxos acham que diminuirá de intensidade com o desaquecimento do consumo, provocado pela perda real dos salários. Se a inflação se estabilizasse na casa dos 20% mensais, a perda real dos salários teria sido, no final do ano, de algo em torno dos 17%. A perda crescerá para 40% se a inflação atingisse 30% ao mês. É impensável que o governo se mantivesse de pé nessa hipótese.

Em menos de seis meses, o déficit público anda por volta de 6% a 7% do PIB. Nada sugere que um governo sem legitimidade, que mendiga por apoio político, possa reduzir o déficit ou, pelo menos, evitar que ele se amplie. Estados e municípios estão falidos e precisam ser socorridos. O presidente precisa do apoio dos governadores e de suas bancadas para tentar ficar no poder, pelo menos os quatro anos que prefere que sejam cinco. A nova palavra de ordem é gastar o que tem e o que não tem.

Combine-se renegociação da dívida com preços em disparada e um déficit público gigantesco — a soma dá em inflação alta e recessão. Os investimentos privados estão suspensos. Os oficiais não produzem bons resultados pela completa desorganização do setor público. A crise observada pelo ângulo subjetivo assusta, também, pela qualidade discutível dos encarregados de administrá-la. Temos um presidente leigo em economia, que hesita em tomar decisões e adepto da política de miudezas.

No ministério do Planejamento foi entronizado o "princípio do fisiologismo" preocupado em que seu nome seja escrito sem acento no "i" de Anibal e que se ocupou, ultimamente, em montar um conjunto de televisores com som estereofônico para apresentar a Sarney seu mirabolante plano de desenvolvimento do país. O professor Bresser Pereira é um homem correto e bem-intencionado — resta ver como se comportará em meio ao duro jogo do poder. O presidente do Banco Central é um técnico sem brilho.

A gravidade da crise desaconselha a precipitação de uma campanha popular pelas diretas em 1988, que poderia atropelar o trabalho da Constituinte. Em compensação conferir quatro ou mais anos ao governo mediocre que temos seria uma insensatez que, espera-se, os constituintes não cometam.

Ricardo Noblat e Editor Regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília

Relator dá 4 anos para Sarney

BRASÍLIA — Um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, cinco anos para seus sucessores, a adoção imediata do parlamentarismo como forma de governo e a realização de eleições diretas para presidente em 15 de novembro de 1988. Estes são os pontos principais do relatório do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo, concluído ontem.

O deputado fez um apelo a Sarney: "Se o presidente se dispuser a instituir o parlamentarismo já, fará um grande favor à nação e entrará para a História como o homem que encontrou o caminho institucional para a nação". Ferreira Lima foi, no final da tarde, à casa do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, para uma reunião da qual participaram também o senador Mário Covas e o deputado Carlos Sant'Anna, líderes do partido e do governo na Constituinte, respectivamente, para discutir o relatório.

Os principais pontos da proposta de Ferreira Lima são os seguintes:

Mandato — O mandato do presidente José Sarney será fixado em quatro anos e o dos seus sucessores em cinco anos. A proposta será enviada à Constituinte para ser incluída no capítulo de "disposições transitórias", já que o tema escapa à esfera de decisão da nova Constituição. O deputado disse que tão logo seja promulgada a futura Constituição haverá um "vazio de poder" e por isso, defende os quatro anos para Sarney.

Primeiro-ministro — A proposta de Ferreira Lima difere do relatório feito pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, em relação à indicação do primeiro-ministro. Fogaça previa que se o Congresso Nacional não votasse, a indicação estaria aprovada por decurso de prazo. Ferreira Lima, porém, exige a votação. Se o nome for rejeitado por duas vezes, o próprio Congresso se reúne e impõe o nome do primeiro-ministro. Se a aprovação for por maioria absoluta (dois terços do Congresso), o presidente é obrigado a nomear o primeiro-ministro escolhido pelos parlamentares. Se for por maioria simples (metade mais um dos votos), o presidente tem duas alternativas: ou nomeia o novo primeiro-ministro ou dissolve o Congresso.

Moção de censura — Todos os ministros estariam sujeitos a moção de censura por parte do Congresso, inclusive os ministros militares. A proposta de Fogaça excluía os ministros militares e o das Relações Exteriores, além do chefe da Casa Civil, da moção de censura.

Transição — Tão logo seja promulgada a nova Constituição, haveria um prazo de seis meses para a implantação do novo sistema de governo. Durante esse período de transição, uma comissão formada por representantes do Congresso e do governo adaptaria toda a administração ao novo sistema.

Competências — Ao presidente da República caberia a função de supervisor da administração federal e de chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro conduziria toda a política econômica e ficaria encarregado de gerir a administração pública.

Ferreira Lima disse que seu relatório propõe um "sistema próprio, singular e funcional" e que está disposto a negociar alguns pontos para que possa haver aprovação na Comissão durante as votações do próximo final de semana. Segundo ele, o que é possível negociar é a questão da competência dos poderes do presidente da República e do primeiro-ministro.

— A estabilidade do processo de redemocratização do país passa por um sistema de governo preciso e sério e este sistema é o parlamentarismo — disse.

Para o deputado, se o país insistir no presidencialismo como regime de governo, isto acabará "gerando um impasse e vamos para uma revolução social". Além disso, previu que os partidos poderão sair fortalecidos do processo de transição, "porque hoje vivem apenas em torno de homens".

À saída da reunião na casa de Ulysses, o senador Mário Covas não quis comentar a proposta de Ferreira Lima de adotar um mandato de quatro anos para Sarney. Segundo ele, a reunião era apenas para que o partido possa chegar unido à votação dos relatórios, que devem identificar-se ao máximo com o programa do PMDB.

Belluzzo une queda de Funaro a presença de agente americano

Em reportagem publicada no *Relatório Reservado* desta semana, que começa a circular hoje entre executivos e empresários, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, assessor de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, revela que, dias antes da queda do ministro do Plano Cruzado, "o governo norte-americano chegou a mandar gente para cá, um fulano chamado Elkie Taylor, que falou com os governadores Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco, e com todos os empresários mais importantes".

Belluzzo, hoje professor da Unicamp e diretor da Fundap, está escrevendo um livro sobre o período que passou no governo, no qual contará detalhes dos conflitos que marcaram o relacionamento entre Funaro e João Sayad. Ele diz que, após o lançamento do cruzado, o ex-ministro do Planejamento se ressentiu muito do fato de o ex-ministro da Fazenda ter se tornado tão popular.

Sobre Funaro, de quem continua assessor, Luiz Gonzaga Belluzzo afirma ao *Relatório Reservado*: "O Dilson está andando pelo país, fazendo palestras e conversando com muita gente. Ele sabe que a possibilidade de convocação de eleições diretas para a Presidência da República é muito grande. E se o cavalo passar selado em sua frente, ele está disposto a montar".

Em São Paulo, o ex-ministro Dilson Funaro disse ontem no Incor, aonde foi visitar Roseana Sarney, que não pensa em sair candidato. "Minha preocupação maior é discutir uma solução para a questão da dívida e do desenvolvimento nacional." Ele acha que os líderes dos sete países mais ricos, reunidos em Veneza, deveriam adotar alguma resolução em favor da tese, "defendida há um ano e meio pelo Brasil, de um relacionamento diferente entre os credores e os devedores".

Funaro não negou que, em suas viagens para discutir o problema da dívida externa, tem visitado muitos diretórios do PMDB. "Este é o meu partido", afirmou, antes de dizer que não tem posição firmada sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

O ex-ministro volta a fazer comentários sobre a dívida externa: "Estou escrevendo um livro sobre o tema, mas o trabalho ainda está no começo".

Egídio Ferreira Lima Um deputado que trabalha fora de hora

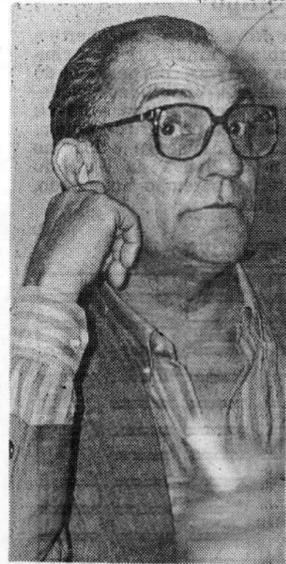
Egídio Ferreira Lima, 57 anos, foge à regra da Constituinte: é um dos poucos parlamentares que não aderem ao lugar comum de reclamar da sobrecarga de trabalho proporcionada pela elaboração da nova Carta Constitucional e o motivo é simples — em quatro anos e meio de mandato na Câmara, quando não tem serviço, inventa. No sábado, Ferreira Lima acordou às 8h com a certeza de que só dormiria depois de concluído o relatório da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Ontem, às 12h37min, ele ainda se encontrava no serviço de processamento de dados do Senado (Prodazen), revisando as provas do documento.

A esposa, Maria do Carmo, com quem se casou em 1953, quando era vereador do pequeno município de Tim-

baúba, no Agreste pernambuco, diz que não se assusta com a disposição de trabalho do marido: "ele sempre foi assim".

Mandatos — Ferreira Lima trabalhou duro como vereador, advogado e deputado estadual no antigo MDB — partido pelo qual foi eleito, até ter o mandato cassado em 1969. Treze anos depois, voltou à política com um mandato de deputado federal pelo PMDB e se destacou como um dos articuladores da ala dos autênticos do partido a nível nacional.

Nesta condição ocupou a vice-liderança do partido na Câmara, na gestão de Freitas Nobre (1983/84), e também na gestão de Pimenta da Veiga (1986). Aliado atualmente à ala progressista do partido, Ferreira Lima, desde que se iniciaram os trabalhos constituintes, em 1º de fevereiro, adotou o costume de dormir cinco horas por noite, tirando do descanso o tempo necessário para estudos constitucionais. Aos parentes, não preocupa muito o seu desgaste físico. Afinal, a crônica familiar do deputado não registra qualquer problema grave de saúde, desde que, aos dois anos de idade, foi atacado pela poliometite — doença que o faz mancar da perna direita — mas não o impede de percorrer todo o Congresso várias vezes por dia.



Egídio Ferreira Lima

Afif considera relatório da Ordem Econômica estatizante

BRASÍLIA — Um relatório contido, apropriado para acolher inúmeras emendas e propenso a agradar, num primeiro momento, os setores nacionalizantes e estatizantes. Este é o conceito que o deputado e ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos (PL-SP), um dos líderes do segmento liberal da Constituinte, tem da proposta de relatório do relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Opinião semelhante é partilhada por outro líder do setor liberal-conservador, o deputado e ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli (PFL-MG), que, como Afif, ocupou a tarde de domingo na análise do documento e na formulação de propostas de emenda a serem levadas hoje aos constituintes com os quais mantém identidade ideológica. Até amanhã o grupo apresentará um bloco de emendas alterando vários artigos do relatório, sem pretender, contudo, repetir a estratégia usada na fase das subcomissões, quando os relatórios sofreram o confronto de substitutos completos.

Sugestões — "Senti que o senador manteve aberta a porta das negociações — afirmou Afif. Classificando Severo Gomes como um "político sensível" —

que não deixou na gaveta a emenda do deputado, que propõe um tratamento especial na legislação para a pequena e média empresa — Afif deseja continuar conversando com o relator, identificado com a ala progressista da Constituinte — enquanto encaminha sugestões contra "o exagero" do intervencionismo estatal na economia, os privilégios concedidos à empresa nacional e o demasiado poder concedido ao governo na desapropriação de terras para a reforma agrária.

O privilégio da empresa nacional na aquisição de bens e serviços é condenado por Afif como "desrespeito às regras de mercado". O deputado discorda também que a Constituição legisle sobre a reserva de mercado para empresas nacionais nos setores estratégicos. "A classificação desses setores é dinâmica, e este artigo ficaria melhor na lei ordinária", acredita ele.

Condena ainda a precisão com que se tenta definir a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. Para Afif, bastaria manter um texto simples, delegando a disciplina desses investimentos para a lei ordinária. O deputado preocupa-se também com a redação do artigo 2º, que ao mesmo tempo garante por lei a propriedade privada, mas condiciona a sua existência à definição de como deve realizar a sua função social. Por fim, Afif estranha as intenções do artigo que outorga somente a empresas brasileiras o acesso ao patri-

mônio genético das espécies nativas: "Acabamos de criar a Germobrás".

Espaço — Reunido com dez assessores e o deputado Gilson Machado (PFL-PE), na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em Brasília, Alysson Paulinelli gastou três horas para repassar os 36 artigos do relatório de Severo Gomes, que definiu como "um documento de muitos pontos omissos, mas aberto a emendas". O ponto mais polêmico, porém, está, segundo Paulinelli, claramente identificado no artigo que trata da imissão do título de posse da terra desapropriada.

O deputado defende que a imissão seja efetiva somente depois de esclarecidas todas as dúvidas judiciais. E para reduzir a recorrência dos desapropriados à Justiça, sugere que a propriedade-alvo passe por uma avaliação conjunta do órgão gestor da reforma agrária, do proprietário e de um representante do Poder Judiciário. "Este filtro reduzirá ao mínimo os atos contestados e a imissão de posse passará então a ser imediata na maioria dos casos", afirma Paulinelli.

Ele acha também que falta no texto constitucional definir quem será o executor do plano de reforma agrária e de que recursos e infra-estrutura disporá. Paulinelli condena ainda a definição rígida da aplicação das leis trabalhistas no campo. "As leis trabalhistas são dinâmicas e devemos dar espaço para que sofram alterações periódicas", defende.

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

LBA FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/87

A Superintendência Estadual do Ceará leva ao conhecimento público que, na forma do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, será realizada a licitação para aquisição de bolsas para colostomizados. No dia 03 de julho de 1987, às 14 horas, na sala da comissão de licitação da sede da Superintendência Estadual do Ceará, situada na Av. Soriano Albuquerque, 230 — Piedade — Fortaleza, serão recebidos, apreciados e julgados, por comissão designada, os documentos de habilitação dos interessados, bem como as respectivas propostas, em envelopes fechados, para abertura e julgamento pela mesma comissão. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na seção de Material do órgão, no endereço supracitado, onde serão prestados os devidos esclarecimentos durante o horário normal de expediente.

JOÃO LUIZ MATOS GURGEL DO AMARAL
CHEFF DAF LBA/CE